

DA FLORESTA DE ARAUCÁRIAS SERPENTEADA PELO “IGUASSU” AO TERRITÓRIO DIVIDIDO – CONTRASSENSE E SENSO GEOGRÁFICO DE PORTO UNIÃO DA VITÓRIA (PR/SC)

Vanessa Rosana PELUCHEN¹

Vanessa Maria LUDKA²

Nilson Cesar FRAGA³

RESUMO

Entre os anos de 1912 e 1916, os Estados de Santa Catarina e Paraná foram palco de um violento conflito envolvendo tropas do governo e caboclos nativos da região do Planalto Norte catarinense e Sul paranaense, resultando em milhares de mortos, prisioneiros e feridos. Destaca-se, dentre as origens da Guerra do Contestado, o surgimento de um movimento messiânico, disputa pela posse de terras e a questão envolvendo limites interestaduais. Embora não sendo cenário de Guerra, Porto União da Vitória sofreu as consequências de derredor, como o medo, falta de segurança e paralisação dos negócios. Analisando a dinâmica territorial, Porto União da Vitória vincula-se intrinsecamente a esse episódio histórico, afinal sofreu inclusive, influências diretas através da divisão territorial em duas novas cidades, nascendo, no pós-guerra, Porto União (SC) e União da Vitória (PR), conhecidas, hoje, como Gêmeas do Iguaçu. Objetivando desvendar Porto União da Vitória, uma mancha urbana de aproximadamente oitenta mil habitantes, buscou-se resgatar fragmentos do Contestado, através de referências orais e monumentos localizados nas cidades. Concluiu-se que além de partilharem a mesma história, a delimitação territorial advinda pós-guerra, caracteriza-se como meramente geográfica, perpetuando na memória do povo Porto União Vitoriense as suas origens, o território onde vivem e possuem laços identitários.

Palavras chave: Guerra do Contestado. Porto União-SC. União da Vitória – PR.

¹ Especialista em Geografia pela Unespar-FAFIUV. Professora da Rede Pública de Ensino do município de União da Vitória (PR).

² Geógrafa e Turismóloga. Mestre em Geografia pela UFPR. Doutoranda em Geografia pela UFPR – bolsista REUNI. Professora Colaboradora na Universidade Estadual do Norte do Paraná, campus Cornélio Procópio.

³ Professor da PROPGEO-DGEO-UEL e do PPGG-UFPR. Coordenador do Laboratório de Geografia, Território, Meio Ambiente e Conflito (UEL) e do Observatório do(s) Centenário(s) da Guerra do Contestado (UEL-UFPR).

FROM ARAUCARIAS FOREST SURROUNDED BY IGUASSU TO THE DEVIDED TERRITORY - GEOGRAPHIC COUNTER SENSE AND SENSE FROM PORTO UNIÃO DA VITÓRIA (PR/SC).

ABSTRACT

Between the years 1912-1916, the states of Santa Catarina and Paraná were the scene of violent conflict involving government troops and native mestizos of Santa Catarina and Paraná Plateau North South, resulting in thousands of dead, wounded and prisoners. Stands out among the origins of the Contestado War, the rise of a messianic movement, disputes over land and the issue involving interstate boundaries. Although not War scenario, Porto União da Vitória suffered the consequences occurring in around, fear, lack of security and business interruption. Analyzing the territorial dynamics, the city is linked intrinsically to this historical episode after all suffered even direct influences by territorial division into two new cities, born in postwar Porto União (SC) and União da Vitória (PR) known today as Twin Iguazu. Aiming to unravel Porto União da Vitória, one urban area of about eighty thousand inhabitants, we attempted to rescue fragments Contestado through oral landmarks and monuments located in the cities. It was concluded that in addition to sharing the same history, territorial delimitation arising after War is characterized as merely geographical, perpetuating the people in Porto União Vitoriense memory its origins, the places where they live and have identity ties.

Keywords: Contestado War. Porto União - SC. União da Vitória - PR.

1 INTRODUÇÃO

Porto União (SC) e União da Vitória (PR), antes do acordo de 1916, que delimitou político-juridicamente o território em dois estados e duas cidades, formavam a cidade de Porto União da Vitória, naquela época pertencente ao Paraná, cuja jurisdição era questionada por Santa Catarina. Porto União da Vitória pertencia à região do Contestado (Figura 1), embora não sendo cenário direto dos combates da denominada Guerra do Contestado⁴, serviu de parada para diversas tropas que lutaram na Guerra, sendo, na parte final dela, o QG do General Setembrino de Carvalho, sofrendo inclusive as consequências de numerosas batalhas ocorridas nos seus arredores, que geraram o medo, a falta de segurança e a paralisação dos negócios, além de outras consequências geradoras de reflexos diretos e indiretos.

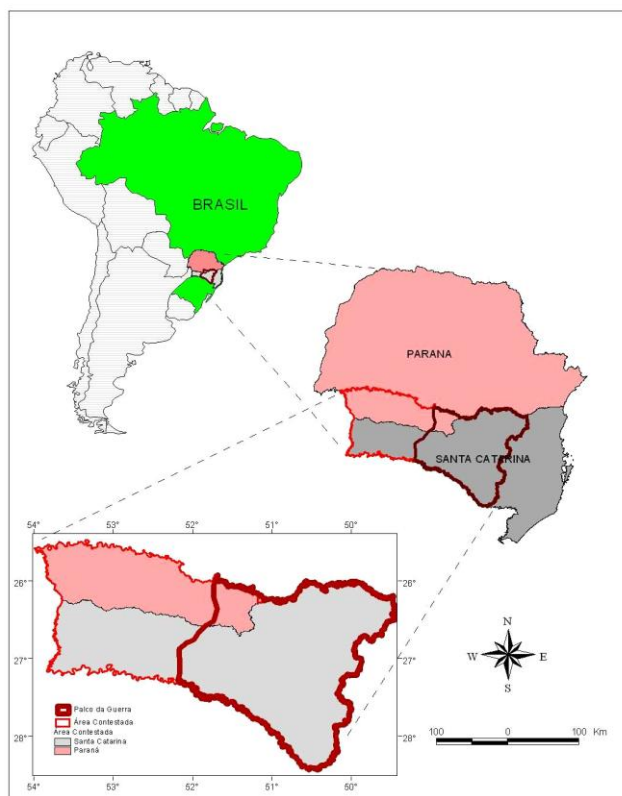


Figura 1: Localização geográfica da área contestada

Fonte: Fraga (2006)

⁴ Na Geografia, diferente de outras áreas do conhecimento, é usado por Fraga (2005, 2006, 2010, 2011, 2012, 2013) o termo Guerra do Contestado e não *Guerra no Contestado*, como denominam historiadores e sociólogos, principalmente estes. E isso não é uma alusão à questão de limites, mas uma ligação direta como o território, conceito geográfico que permite entender, indiscutivelmente, que o território era caboclo e a Guerra se deu em tal territorialidade, ou seja, a região em tela era, já naquela época do Contestado, deles que viviam no mesmo, uma terra conhecida e disputada desde, pelo menos, 1680, mas, foi a partir de 1749 que passou a ser contestado ou reivindicado, o território dos caboclos, por São Paulo e Santa Catarina e depois, Paraná e Santa Catarina, neste último caso, a partir de 1853.

Neste trabalho, pretende-se compreender os fatores relacionados à Guerra do Contestado, objetivando ainda entender a divisão territorial como um dos fatores significativos advindos da Guerra do Contestado e desvendar a então cidade de Porto União da Vitória a partir da dinâmica territorial pós Guerra do Contestado, além de propiciar o *resgate* dos fragmentos do Contestado seja por meio de referências orais ou monumentos localizados nas duas cidades.

Faz-se, também, uma breve análise do Contestado nas cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), Figura 2, realizando uma retrospectiva histórica do território das duas cidades sob a ótica do Contestado, dando ênfase na figura cabocla, homem esse que viveu, presenciou e lutou durante a Guerra do Contestado, iniciada há 101 anos. Averigua-se o território do caboclo, enfatizando conceitos e realizando uma síntese de fatores significativos que os levaram a lutar pelo chão secular habitado por seus antepassados. Descreve-se também, resumidamente, a Guerra do Contestado e alguns fatores que desencadearam a mesma como a questão dos limites interestaduais, a construção da estrada de ferro e o movimento messiânico.



Figura 2: Mapa da Localização geográfica de União da Vitória (PR) e Porto União (SC)
 Fonte: Estações Ferroviárias do Brasil, 2013

União da Vitória localiza-se no Estado do Paraná, precisamente no extremo Sul, pertencendo a Microrregião do Médio Iguaçu, no terceiro planalto paranaense. Com uma área de 719 Km², altitude média de 752 metros, Latitude sul 26° 13' 45'' e Longitude oeste 51°

04' 58'', e população de 52.735 habitantes (IBGE, 2010) o município limita-se ao Norte com o município de Cruz Machado, ao Sul Porto União, a leste Paulo Frontim e Paula Freitas e a Oeste Porto Vitória e Bituruna (UNIÃO DA VITÓRIA, 2013).

Já a cidade de Porto União, com seus 33.493 habitantes (IBGE, 2010), localiza-se no Planalto Norte de Santa Catarina, possuindo uma área de 845,8 km². O relevo é constituído de planícies, montanhas, vales, grandes várzeas nas bacias dos Rios Iguaçu e Jangada, na divisa com o Estado do Paraná, e do Rio Timbó. O município encontra-se na formação Serra Geral, Planalto norte catarinense, o que lhe confere um relevo marcado por vales e montanhas com inúmeros rios, riachos e cachoeiras. Porto União limita-se ao norte com União da Vitória (PR) e Paula Freitas (PR); ao sul com Matos Costa (SC) e Timbó Grande (SC); a leste com Irineópolis (SC); e a oeste com os municípios de Porto Vitória (PR) e General Carneiro (PR). A altitude é de 755 metros; Latitude 22° 13' 46'' e Longitude 51° 04' 54''. As agroindústrias de Porto União representam 25% da economia do município. Tem destaque também as indústrias da madeira, papéis e serviços (PORTO UNIÃO, 2013).

2 CABOCLO: O HOMEM DO CONTESTADO

O caboclo, que habitou as terras contestadas entre as bacias hidrográficas do Rio Uruguai e Rio Iguaçu, de acordo com Bittencourt (2012 p. 25) “perdido no tempo escuro da história, ainda não bem contada, formou-se da miscigenação do indígena com o branco português e espanhol migrante originado das expedições exploratórias, de conquistas e das missões religiosas”. O autor afirma ainda que o caboclo estabeleceu-se nos matos e fazendas de criação, vivendo apenas do que a natureza podia oferecer (da pesca, do pinhão, do porco-do-mato e da caça variada). Para construir seus casebres, dispunha abundantemente das mais diversas madeiras, especialmente do pinheiro *araucária brasiliensis* margeando rios e córregos “pintando de negro o horizonte e aprisionando a noite permanente nas compactas florestas” (BITTENCOURT, 2012, p. 25).

Caboclo xucro vivendo isolado no habitat de animais selvagens, obrigado a tirar da natureza, solitariamente, o sustento da família, esses excluídos sociais serviram como agregados nas fazendas, como mateiro e guias nos serviços de agrimensura, mão de obra nas tarefas de instalação das colônias e, finalmente, muitos deles participariam da Guerra do Contestado. (BITTENCOURT, 2012, p. 25).

O caboclo, inserido na vastidão das matas dedicava-se principalmente, como relata Bittencourt (2012), ao plantio de feijão, ao cultivo do milho e também da mandioca, além da coleta da erva mate e pastoreio de animais. Incerto de seu futuro combateu bravamente as tropas do governo tendo como principal preocupação apenas a defesa de sua própria terra.

Ao principiar a Guerra do Contestado, no dia 12 de outubro de 2012, onde morreu o Monge José Maria nos campos de Irani, formaram-se cidades santas, onde provinham pessoas das mais diversas localidades em virtude da crença nas ordens do Monge, transmitidas pelas virgens/menino Deus (meninas e meninos considerados santos que viam José Maria e retransmitiam suas ordens aos fiéis), crentes estes no retorno do Monge comandando um Exército Encantado de São João Maria para proporcionar aos mesmos uma vida digna futuramente.

Ao longo do Contestado, o movimento dos caboclos constrói todo um ordenamento interno, indispensável ao seu projeto de fazer frente ao mundo oficialmente constituído. Essa organização desencadeia em muitos caboclos ainda renitentes a decisão de morar nos redutos e torna possível a vida em comum através da busca da coesão do grupo (AURAS, 1984, p. 156).

É singular e curiosa a maneira em que se conduzia a vida nos redutos, o caboclo seguia uma filosofia igualitária e única proposta pelo seu profeta Zé Maria, por meio da celebre frase “quem tem mói, quem não tem mói também e no fim todos ficarão iguais” (FRAGA, 2010, p.73). Todos os bens e utensílios trazidos pelos fiéis ao reduto passava a pertencer a todos, ou seja, todos beneficiavam-se dos itens comumente.

Tal coesão é absolutamente necessária face às investidas cada vez mais violentas dos “peludos” (soldados do governo que lutaram na Guerra). O acirramento do conflito gera a lógica necessidade de uma mais forte união entre caboclos, que passa a ser condição fundamental para a sobrevivência da irmandade (AURAS, 1984, p. 156).

Auras (1984) relata que os ranchos eram construídos ao longo de um arruamento que desembocava no maior e mais importante imóvel, a igreja. Essa possuía um pátio suficientemente grande onde coubessem todos os fiéis para a cerimônia das formas, onde, empunhando bandeiras, davam vivas a monarquia, a São Sebastião e a José Maria (QUEIROZ, 1977). Era nessas ocasiões que o comandante transmitia aos demais as ordens que recebia do Monge. Eram repassadas também as tarefas competentes a cada membro,

sendo também importante para os recém-chegados “integrarem-se na vida do grupo” (AURAS, 1984, p.159).

Vivendo nos redutos por quatro anos (Caraguatá, Taquaruçu, Santa Maria, etc.) o caboclo dividiu as suas tristezas, suas lutas e vitórias, porém sistematicamente sofrendo repressões pelas tropas, pereceram, entregaram-se ou fugiram sem nunca terem sua bravura reconhecida. O último reduto importante, tido como reduto-mor, destruído e incendiado pelos soldados foi o reduto de Santa Maria, em 23 de março de 1915, depois de vários dias de cerco e bombardeio, as tropas federais avançaram sobre Santa Maria, uma cidadela cabocla, com cinco mil casas e onze igrejas que foram calcinadas pela boca dos canhões republicanos, juntamente com o povo que habitava o reduto, na Páscoa sangrenta de 1915, geradora de milhares de mortos (FRAGA, 2010).

3 FOGO NA MATA – A GUERRA

Entre os anos de 1912 a 1916, interior do Estado de Santa Catarina e Estado do Paraná, foi palco de um violento conflito envolvendo tropas do governo e caboclos da região do Contestado, resultando em centenas de mortos, prisioneiros e feridos. Vários são os motivos que deram origem ao conflito, merece destaque, porém, o surgimento de um movimento messiânico de grandes proporções na região, movimento esse originado pela fé na figura do Monge João Maria, que naqueles tempos difíceis, propagou a esperança naquele povo. A disputa pela posse da terra foi outro fator que ascendeu o conflito, aliás, foi o motivo mais importante, por intermédio da construção da estrada de ferro que acabou por expulsar o caboclo de seu território, do qual provinha seu sustento. Outro fator significativo que motivou o conflito foi a questão dos limites interestaduais, essa disputa envolveu os Estados do Paraná e Santa Catarina pela posse da região contestada (FRAGA, 2010).

O movimento messiânico, como o ocorrido em terras contestadas, é todo aquele em que “um número maior ou menor de pessoas, em estado de grande exaltação emotiva, provocada pelas tensões sociais, se reúne num culto a um indivíduo considerado portador de poderes sobrenaturais” (QUEIROZ, 1977, p. 251). Vinhas de Queiroz traduz ainda como a esperança do povo em ser salvo de uma catástrofe universal, ingressando num outro plano onde não existam maledicências e todos sejam iguais.

A Guerra do Contestado apresentou características de um movimento messiânico a qual está vinculado a crença popular da volta do messias (FRAGA, 2010), nesse sentido, a Guerra do Contestado enquadrou-se em tal concepção por meio das figuras representativas dos monges que passaram pela região em tempos anteriores ao conflito, deixando registros sagrados e proporcionando um fio de esperança no coração caboclo. Por intermédio de conselhos e curas aos doentes, os profetas deram-lhes ânimo e um novo alento, visto estarem eles marginalizados e esquecidos naquele imenso sertão.

Fraga (2012) continua afirmando que quando soube do ajuntamento em Taquaruçu e temendo sua liderança, naquilo que alguns chamam de uma Nova Jerusalém Cabocla, o coronel Albuquerque, de Curitiba, telegrafou ao governador de Santa Catarina comunicando que “fanáticos” haviam proclamado a monarquia em Taquaruçu. A partir desse momento, tropas do governo são enviadas para destruí-los e eles se retiram para além do rio do Peixe, indo se instalar nos Campos do Irani. No primeiro combate entre caboclos e soldados no Irani, José Maria é morto, provocando indignação e ira naqueles que acreditavam ser ele um profeta. Seu corpo foi enterrado sob tábuas a espera da ressurreição, pois como ele havia falado na noite que antecedeu o combate no Irani, morreria e ressuscitaria na Serra da Boa Esperança com um Exército Encantado de São Sebastião. Durante mais três anos, lutaram bravamente, derramando seu sangue, crendo na volta de seu profeta comandando o Exército Encantado de São Sebastião.

Várias foram às causas que levaram a ocorrer uma das mais sangrentas guerras civis assistidas em território brasileiro: a Guerra do Contestado. Porém é significativo considerar como um dos estopins a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande - EFSPRG.

Foi aproximadamente nos anos de 1904-1905 que Lauro Müller, então ministro da viação e obras públicas, promoveu a vinda ao Brasil do empreendedor americano Percival Farquhar (dono de numerosas empresas nos Estados Unidos da América e também na América Latina). No século XIX, chefiava duas empresas controladoras do serviço de bonde de Nova Iorque. Fraga (2010) menciona que Farquhar fundou a Brazil Railway, empresa essa acionária da Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (atravessando de Norte a Sul a região contestada, envolvendo, inclusive, o Vale do Rio do Peixe, no Meio Oeste Catarinense) (AMARAL, 1915).

Como cita Queiroz (1977), aproximadamente, quinze quilômetros a cada lado da estrada de ferro obteve a construtora, sendo o percurso escolhido e demarcado sem considerar posses e sesmarias. Assim, com intuito de colonizar as terras obtidas como pagamento pela

construção, a Brazil Railway, no ano de 1911, expulsou todos os moradores que ocupavam as áreas de concessão, contrariando inclusive a Lei de Terras de 1850. Os posseiros que se opunham às ordens de despejo, como salienta FRAGA (2010, p. 123) “A Brazil Railway enviava elementos de seu corpo de segurança, que contava com 200 homens armados” para retirá-los de suas posses. O governo do Paraná, porém, como cita THOMÉ (2003, p. 125), “reconheceu os direitos da empresa, o que não foi de se estranhar, pois Affonso Camargo, vice-presidente do Estado, era advogado da Brazil Railway”.

Objetivando explorar as terras às margens da estrada de ferro, a Brazil Railway “criou, em 1911, uma nova companhia a ela subordinada: a Southern Brazil Lumber and Colonization Company” (FRAGA, 2010 p. 124) instalada nos atuais municípios de Três Barras e Calmon.

Para que a construção do trecho da ferrovia, que rasgaria as terras contestadas, se efetivasse rapidamente, a empresa arrebanhou oito mil homens das regiões periféricas do Rio de Janeiro, Santos, Salvador e Recife com a promessa de salários compensadores (AURAS, 1984). Divididos em turmas, cada uma liderada por um teifeiro (feitor), esses trabalhadores, por meio de empreitadas, eram responsáveis por determinados trechos da construção. Ainda de acordo com AURAS (1984), há relatos de conflitos armados entre o corpo de segurança da empresa e trabalhadores pela falta de pagamento de salários, pelos desmandos dos feitores, além de condições mínimas de trabalho, entretanto o “corpo de segurança, constituído por dezenas de homens, tratava de eliminar os possíveis focos de descontentamento” (AURAS, 1984, p. 38).

Terminada a construção da estrada de ferro, e por deslealdade dos empreiteiros, os trabalhadores não foram reconduzidos aos seus lugares de origem, mas acabaram abandonados, aumentando a revolta pelo trabalho duro a que foram submetidos, e sem alternativas, foram construindo seus casebres ao longo das terras vizinhas ao leito da estrada de ferro (AURAS, 1984).

A Brazil Railway, por decreto governamental, reclama seu direito de posse de quinze quilômetros para ambos os lados da estrada de ferro, somando alguns milhares de quilômetros quadrados (AURAS, 1984). Os que se recusavam a deixar suas casas eram expulsos ou acabavam massacrados pelos seguranças quando da apropriação da terra por parte da empresa, dando início a uma gigantesca exploração e devastação ambiental a qual nunca refar-se-ia.

Quando se analisa a complexa questão envolvendo a região das terras contestadas, merece destaque a intervenção e disputa do Estado pela região em litígio. O território contestado passa a ter suas fronteiras disputadas pelos Estados do Paraná e Santa Catarina.

De acordo com Auras (1984), aproximadamente no ano de 1889, numa área de 28 mil Km², ao sul do rio Iguaçu e norte do rio Uruguai, interior catarinense, viviam cerca de 6.000 moradores espalhados pelos vastos campos ou agrupadas em sedes e distritos dos municípios, dá-se, no entanto, ao comércio de gado entre São Paulo e Rio Grande do Sul, o principal fator responsável pela permanência efetiva dos primeiros moradores em virtude da necessidade de pouso durante as viagens, principalmente nos campos de Lages, para os rebanhos e seus condutores.

A questão dos limites entre Santa Catarina e Paraná, a qual lhe confere o título ‘Contestado’, pode ser dividida em três grandes momentos de acordo com Meirinho (2012): o Primeiro Contestado – disputa entre o Brasil e a Argentina a partir de 1881; o Segundo Contestado – disputa entre Santa Catarina e Paraná desde o início do século XIX; o Terceiro Contestado envolvendo a repressão militar contra os caboclos que viviam na região entre os anos de 1912 e 1916.

O Primeiro Contestado, de acordo com Meirinho (2012), foi marcado pelo conflito entre o Brasil e a Argentina aproximadamente no ano de 1881 em que o país vizinho vem reivindicar as terras do Oeste de Santa Catarina e do Paraná, usando como argumento os limites deferidos pelo Tratado de Madrid de 1750 entre Portugal e Espanha, área definida juridicamente meio século antes.

O Segundo Contestado citado por Meirinho (2012), envolveu os estados do Paraná e Santa Catarina, em que o primeiro afirmava pertencerem-lhe as terras ao Sul do rio Iguaçu, alcançando o rio Uruguai, na divisa com o Rio Grande do Sul, anexando assim todo o atual oeste catarinense. Toda a disputa que já durava décadas, fez com que Santa Catarina denunciasse seu estado vizinho ao Supremo Tribunal Federal exigindo que o mesmo respeitasse os seus limites territoriais.

Julgado em 1904, o primeiro processo deu ganho de causa ao estado de Santa Catarina; o Paraná utilizou o princípio da *uti possidetis* porém o mesmo só é aceito quando envolve diferentes nações o que não ocorria na disputa visto os dois estados estarem em território brasileiro, sendo somente divisões internas dentro de uma nação. Posteriormente, ao menos três outras decisões tiveram o mesmo desfecho.

O autor continua dizendo ser perceptível a omissão das autoridades em instalar na região órgãos públicos como, por exemplo, escolas. Era, pois, uma terra sem dono, em que a população resultava da confluência de migrantes e índios, esses fatores nos remetem então ao Terceiro

Contestado, pois “afinal, o que poderia impedir que os caboclos do Contestado reivindicassem que o domínio político era, afinal de contas, deles mesmos?” (MEIRINHO, 2012, p. 34).

O caboclo estava esquecido naquele imenso sertão, mas talvez por não verbalizarem significativamente “nem Paraná nem Santa Catarina, essa terra pertence-nos, pois praticamente não existimos perante o restante do país”, foram taxados fanáticos e monarquistas. A partir daí instala-se a resistência cabocla, inclusive com poder político próprio como cita Meirinho (2012 p. 35) “o conflito sobre a quem pertencia à região do Contestado finalmente ganhava um elemento concreto”.

A partir desse momento, o Estado do Paraná mobiliza sua polícia militar com intuito de reprimir os caboclos, em uma longa e violenta guerra entre os anos 1912 a 1916. Apesar de resistirem bravamente por quatro anos, os caboclos acabam massacrados pelas forças do governo, sendo varridos para sempre do seu próprio território e considerados inimigos por parte daqueles que os governavam e impunham suas ordens.

4 TERRITÓRIO MANCHADO DE SANGUE: PRÉ E PÓS-GUERRA DO CONTESTADO

Ao analisar os fatores advindos da Guerra do Contestado, depara-se dentro desse contexto, com um fator muito significativo e relevante, principalmente para o caboclo e também no condizente com a disputa entre dois Estados em relação aos seus limites/suas fronteiras, vincula-se então a todo o Contestado, uma categoria analisada pela ciência geográfica de um valor considerável, o Território. Analisar-se-á a partir deste, diferentes conceitos expressos por diversos autores renomados, transcrevendo assim a importância do conceito para o Contestado.

De acordo com Haesbaert (2007), etimologicamente, a palavra território procede do latim *territorium*, significando pedaço de terra apropriado. O autor salienta ainda, que o vocábulo terra é necessário para entender o significado da palavra território, traduzindo-se o mesmo como a estreita relação com a terra, como “um fragmento do espaço onde se constroem relações tanto de base materialista quanto de base idealista”.

Haesbaert (2007) frisa ainda o caráter político do conceito, quando analisado etimologicamente, pois se constata no mesmo um caráter dúbio, ou seja, enleiam as palavras

territorium (apropriação da terra) com *térreo* ou *territor* (aterrorizar, aquele que aterroriza). Em relação a isso o autor faz uma análise entre esses dois sentidos frisando que:

Um, predominante, dizendo respeito à terra e, portanto a território como materialidade, outro, minoritário, referido aos sentimentos que o ‘território’ inspira (por exemplo, de medo pra quem dele é excluído, de satisfação para aqueles que dele usufruem ou que com ele se identificam) (HAESBAERT, 2009, p. 43-44).

Em relação ao conceito de território descrito por Haesbaert (2001) *in* Ludka (*et al*, 2012 p. 394), comenta-se:

O território envolve sempre, ao mesmo tempo [...], uma dimensão simbólica, cultural, por meio de uma identidade territorial atribuída pelos grupos sociais, como forma de controle simbólico do espaço onde vivem (podendo ser, portanto, uma forma de apropriação), e uma dimensão mais concreta, de caráter político – disciplinar: apropriação e ordenamento do espaço como forma de domínio e disciplinarização dos indivíduos (...) Assim, associar o controle físico ou a dominação “objetiva” do espaço a uma apropriação simbólica, mais subjetiva, implica em discutir o território enquanto espaço simultaneamente dominado e apropriado, ou seja sobre qual se constrói não apenas um controle físico, mas também laços de identidade social (p. 121 *in* p. 394).

O território e a discussão conceitual, do mesmo, na Geografia ganha amplitude em meados dos anos de 1970 (LUDKA, 2012). O conceito, porém, não é singular da ciência geográfica segundo cita Haesbaert (2012, p. 37), enquanto o geógrafo enfatiza a materialidade em suas múltiplas dimensões, a Ciência Política, por exemplo, limita-se às relações de poder, a economia como um fator locacional, na Sociologia o território intervém nas relações sociais e na Psicologia, o mesmo é incorporado no debate sobre a construção da subjetividade ou identidade pessoal.

Haesbaert (2011) realiza uma discussão interessante envolvendo o binômio materialismo/idealismo, destacando, porém que a vertente predominante “é a que vê o território numa perspectiva materialista” (HAESBAERT, 2011, p. 46). Com o objetivo de enfatizar e exemplificar essa visão, Haesbaert (2011), aporta-se e utiliza Godelier (1984), o qual traduz o conceito de território como:

(...) uma porção da natureza e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou parte de seus membros direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de explorar. (GODELIER, 1984, p. 112).

Para o geógrafo Milton Santos (2011), é no território que se transpõem todas as ações, as paixões, poderes, forças e fraquezas, ou seja, onde se totalizam todas as manifestações da sua realidade, do seu existir. Passa a Geografia então a ser aquela disciplina que “torna capaz de mostrar dramas do mundo, da nação, do lugar” (SANTOS, 2011, p. 13). Continua ele afirmando que:

O território não é apenas o conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas sobrepostas; o território tem que ser entendido como o *território usado*, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, *et al*, 2011, p.14).

Pode-se compreender que o conceito de território possui um ligamento com a sociedade, e a identidade dos indivíduos, ou seja, o conceito de território vai além das noções de “espaço”, devido a sua amplitude. É nesse contexto que Santos (1996) destaca a importância de não se confundir espaço com território, e aponta as suas nomeações, sendo o território como configuração territorial e define-o como o todo. Quanto ao espaço, é conceituado como “a totalidade verdadeira, semelhante a um matrimônio entre a configuração territorial, a paisagem e a sociedade” (HUZEK, 2011, p.7).

Sposito (2004) demonstra ter do conceito de território, uma visão jurídica, referindo-se a base geográfica de um Estado, sobre o qual exerce soberania, em que além de abranger o conjunto de fenômenos físicos age também sobre os fenômenos decorrentes da ação da sociedade. Considera ele que: “um território torna-se concreto quando associado à sociedade em termos jurídicos, políticos e econômicos” (SPÓSITO, 2004, p. 112).

Ao conceituar a palavra território, é necessário recordar ainda a visão que Raffestin (1993, p.143) possui em relação ao conceito.

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator 'territorializa' o espaço. (...) O território nessa perspectiva é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a 'prisão original', o território é a prisão que os homens constroem para si.

Considera ele que o território é o produto dos “atores sociais”, afirmando ainda que são eles que produzem o território, observando sua realidade inicial (o espaço). Segundo

Raffestin (1993, p.8) existe, portanto, um “processo” do território, quando se manifestam todas as relações de poder.

Concluindo, é importante ponderar ainda sobre a contribuição de Saquet (2003), para o entendimento do território enquanto conceito geográfico o analisa então que:

[...] as forças econômicas, políticas e culturais, reciprocamente relacionadas, efetivam um território, um processo social, no (e com o) espaço geográfico, centrado e emanado na e da territorialidade cotidiana dos indivíduos, em diferentes centralidades/temporalidades/territorialidades. A apropriação é econômica, política e cultural, formando territórios heterogêneos e sobrepostos fundados nas contradições sociais (SAQUET, 2003, p.28).

O autor faz, portanto, um resgate das diferentes interpretações do conceito de Território, enfatizando os aspectos econômicos e políticos, além de fazer uma relação com a vertente cultural (analisada por Haesbaert 2007).

É, por conseguinte, um conceito ligado às relações que se estabelecem entre o espaço e o poder e atualmente tratado nas mais diversas escalas geográficas e também nas mais diversas perspectivas teóricas.

Por meio dessas observações, pode-se afirmar que o conceito está intrinsecamente ligado a todos os aspectos e causas envolvendo a região contestada, pois se tratava de questões envolvendo limites de território, esse por parte dos Estados do Paraná e Santa Catarina, além de envolver expressivamente uma figura dada até então como insignificante, o caboclo, que se viu obrigado a lutar por um território que já lhe pertencia, onde tirava o sustento de sua família, esquecido no imenso sertão que unicamente o acolhia, acabando dizimado na sangrenta batalha que manchou para sempre o território brasileiro: a Guerra do Contestado.

5 AS GÊMEAS IGUAÇULENSES: TERRA DIVIDIDA PELOS PODERES.

As gêmeas do Iguaçu, como são conhecidas as atuais cidades de Porto União (SC) e União da Vitória (PR), divididas ao término da Guerra do Contestado, possuem também a mesma formação histórica, partilhando inclusive a mesma formação humana e cultural.

Para analisar a formação de Porto União da Vitória, fatos históricos remetem aos primeiros habitantes desse território: índios Xoklengs. Ocupavam-se da caça e da

pesca, e viviam como nômades, circulando entre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

As primeiras explorações da região em que hoje se encontra União da Vitória (PR) e Porto União (SC) datam de 17 de novembro de 1769, oficialmente, quando o então Governador-Geral da Capitania de São Paulo, Capitão Antonio da Silveira Peixoto, chegou a região e fundou o Entreposto de Nossa Senhora da Vitória (SILVA, 2006). No ano de 1772 comandava o Entreposto, o sargento mor Francisco José Monteiro, com patente assinada a 5 de setembro de 1767, por Dom Luiz de Souza, General da Capitania de São Paulo.

Em junho de 1880, vindo de Palmas, chega ao povoado o Coronel Amazonas de Araújo Marcondes o qual se tornou proprietário da fazenda “Passo do Iguassú” (a margem direita do rio) posteriormente, dividindo a mesma em lotes e vendidos a colonos de diversas nacionalidades (SILVA, 2006). Como autoridade, encontra-se o Coronel Amazonas a partir de 1881 tomando parte em todos os assuntos políticos e comerciais que interessavam a localidade, começando daí a sua vida de homem público nessa freguesia, sendo por ele representada no Congresso Estadual e da qual foi prefeito “por mais de quatro lustros” (SILVA, 2006, p. 45).

A 15 de maio de 1908, era instalada a Comarca de União da Vitória, em virtude do Decreto nº 25 de abril do mesmo ano, compreendendo os Termos Municipais de União da Vitória e São João do Triunfo, desanexados, respectivamente, das Comarcas de Palmas e Palmeira (SILVA, 2006).

Após o acordo de limites assinado no ano de 1916 dividindo o território do Paraná e Santa Catarina, em 5 de setembro de 1917 surge Porto União como município catarinense, sendo empossado o primeiro prefeito do município César de Almeida, elegendo inclusive as várias Comissões como Fazenda, Obras Públicas, Beneficência, Segurança, além de lançados os primeiros impostos (PORTO UNIÃO, 2004).

No lado paranaense, a Lei nº 2705 de 30 de abril de 1929, fixou os limites de União da Vitória.

Começando no centro do Rio Jangada, em ponto situado a 49 metros e 17 centímetros de um marco de alvenaria construído na margem direita desse rio e ao lado do antigo 'passo' da estrada de rodagem de União da Vitória a Palmas, desce pelo talvegue do Jangada ao rio Iguassú e por este até a foz do rio Dareia, confrontando com o município de Palmas, sobe pelo rio Dareia e depois pelo seu afluente o rio Concórdia até a nascente conhecida pela denominação de arroio dos Cardozos e desde até a serra da Esperança, confrontando com o município de Guarapuava; pela linha da cumiada da Serra da Esperança até frontear a cabeceira do rio Vargem Grande, vae, em reta, a essa cabeceira; desce pelo rio até a estrada geral, conhecida por estrada de Palmas, e por esta segue o rio de Jararaca, confrontando com o município de Malet; desce pelo rio Jararaca até a sua foz no rio Iguassú ao eixo da linha Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, por este eixo ao da estrada de rodagem de Palmas e por este último ao ponto inicial destes limites no rio Jangada, confrontando com o Estado de Santa Catarina. Extraído do Diário Oficial do Estado do Paraná, sob nº 4881, de 14 de junho de 1929 (SILVA, 2006, p. 20).

Porto União, cidade pertencente ao Contestado, apesar de não ter sido palco dos conflitos da época, procura resgatar sua história, principalmente por ocasião do Centenário da Guerra e além de realizar algumas atividades culturais relembrando o derramamento de sangue ocorrido em solo catarinense, aumenta seu potencial turístico por meio da ampliação do Parque Monge João Maria (Figura 3) e projeta a Praça do Contestado (Figura 4), entretanto, não se pode esquecer-se de um lugar ligado diretamente às lendas e relatos populares, por ocasião das enchentes que de tempos em tempos assolam a cidade: o Morro da Cruz. Apesar de passarem-se cem anos de um silêncio absoluto, e para que se iniciasse significativamente o resgate cultural e histórico, a cidade procura atualmente, manter viva sua história.

É comum encontrar pessoas nos pocinhos do Monge, em busca da cura para seus males ou comentando passagens, frases ou ensinamentos ditos pelo Monge quando da sua passagem pela cidade, como na localidade da Serra da Esperança, onde se pode encontrar cruzeiros e a gruta do Monge (Figura 5).

No Parque Histórico Iguassu, o Monge é citado quando se realiza o caminho do tempo, como pertencente à história da cidade. A casa da família Amazonas (Figura 6), ligada diretamente a emancipação da cidade, também pertence aos poucos fragmentos do Contestado situados no município, apesar de estar em completo abandono. Mesmo por ocasião do Centenário da Guerra do Contestado, já se estando para o segundo ano dos centenários que se estenderão até 2016, por parte do Estado, é praticamente nula as atividades realizadas enfatizando a data, lastimavelmente, aniquila-se seu legado histórico e cultural.



Figura 3: Entrada do Parque Monge João Maria
Fonte: Autores, 15 de Abril de 2013



Figura 4: Marco divisório das cidades de União da Vitória e Porto União, localizado na Praça do Contestado
Fonte: Autores, 05 de Julho de 2013



Figura 5: Gruta do Monge, localizada na comunidade Serra da Esperança
Fonte: Autores, 14 de Maio de 2013



Figura 6: Vista frontal da Casa Amazonas, em União da Vitória (PR)
Fonte: Autores, em 05 de Julho de 2013

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS GÊMEAS DO IGUAÇU SEPARADAS HOJE

Ao ser assinado o acordo dos limites territoriais do Estado do Paraná e do Estado de Santa Catarina, Porto União da Vitória terminou por ser dividida ao meio, pertencendo então uma porção territorial para cada Estado, ficando demarcada a divisa pelos trilhos do trem da já extinta EFSPRG.

No que tange ao imaginário dos habitantes de Porto União e de União da Vitória, como na percepção dos visitantes e dos poucos turistas que visitam os municípios, há somente um território, e os dois territórios políticos-jurídicos causam estranhamento e um olhar exótico para quem vem de fora, pois, há a sensação de ser apenas um território vivido por aproximadamente oitenta mil pessoas de duas cidades, mas são dois – na realidade, geograficamente, seriam vários territórios sobrepostos no espaço e tempo (Figura 7).



Figura 7: Vista aérea de Porto União (SC) e União da Vitória (PR) – Delimitação fronteira das cidades pela linha férrea

Fonte: Adaptado de Moreira, 2013

As delimitações das duas cidades são expressas somente nas esferas públicas, divididas em instituições como: segurança, hospitalar, educacional etc. (HOBAL *et all*, 2006). Esse caso demonstra, claramente, que as consequências da Guerra, tanto determinaram as dinâmicas espaciais do presente, como apagaram parte da história dos moradores que ali sofreram com as batalhas e seus reflexos sobre o modo de vida, tanto no passado como no presente, pois por décadas o tema Guerra do Contestado era impraticável, visto apenas como

um momento da história em que o Estado nacional limpou a região de uma horda de facínoras que impregnavam aquela região que vivia um processo civilizatório sobre o espelho de uma colonização europeia, mesmo que essa fosse eslava. Hoje os principais agentes de poder responsáveis pelas duas cidades, são os Estados do Paraná e de Santa Catarina, que se apropriam das legislações para a gestão dos municípios, principalmente, de acordo com a lógica de suas políticas estaduais, não respeitando as especificidades locais, sobretudo os elementos culturais que dão identidade cultural ao Planalto Norte Catarinense e Região Sudeste do Paraná – visto que as duas são gerenciadas a partir de políticas curitibanas e florianopolitanas, distante demais da realidade vivida por essas populações (AQUINO JUNIOR & FRAGA, 2009).

Dentre os serviços em comum utilizados pelas gêmeas iguassulenses atualmente, destaca-se o corpo de bombeiros, a utilização da mesma empresa de transporte coletivo, utilizam-se de um mesmo aeroporto que serve apenas para voos de interesses locais, sem conexão regional e nacional. Em momentos de acidentes socioambientais, principalmente por ocasião de enchentes, contam com os serviços do 5º Batalhão de Engenharia e Combate Blindado, além de uma Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos e da Fala – APADAF, que atende 53 pessoas residentes nas Gêmeas e se localiza em Porto União. A população das duas cidades utiliza, em conjunto, os serviços da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR. As gêmeas do Iguazu também compartilham uma tentativa de gerar o Turismo Ferroviário, nos moldes daquele da Serra Gaúcha, a partir da Estação União, divisa imposta pelo acordo de 1916 a Porto União da Vitória.

Há que se mencionar, ainda, a Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL é a mesma para as duas cidades e o Rotary Club da mesma forma. Ambas as cidades realizam em conjunto o desfile cívico de Sete de Setembro, englobando entidades civis e militares dos dois municípios. Mesmo pertencendo a estados diferentes, possuem inclusive, o mesmo DDD (42) e utilizam as mesmas e poucas universidades que oferecem cursos superiores de graduação e pós-graduação em nível regional, e, por conseguinte, os supermercados, lojas, armazéns etc. concorrem entre si, como se estivessem numa única cidade, pois a lógica do capital, necessariamente não segue a lógica da geopolítica e dos interesses políticos, nem do passado, nem do presente, ao passo que, inclusive, os planos de saúde locais são aceitos por profissionais e laboratórios instalados em ambas as cidades.

Porto União (SC) e União da Vitória (PR) usufruem, ainda, em conjunto, empresas prestadoras de serviços como, por exemplo, agências de telefonia que depois de privatizadas

não seguem mais a lógica das extintas companhias estaduais, além da utilização de espaços culturais, tais como cinemas, ginásios, etc.

É importante ressaltar, também, que, tendo as duas cidades o perímetro urbano interligado, a classe trabalhadora não discerne fronteiras, ou os limites impostos em 1916, ou seja, mora-se em um município e trabalha-se em outro e vice versa.

Há que se mencionar que as Gêmeas do Iguassu se caracterizam como o mais importante polo regional, tanto do lado paranaense como catarinense, ou os dois juntos, fato que faz delas, as principais empregadoras industriais, notadamente, no ramo moveleiro e da madeira em geral, ocorrência que demonstra uma constante troca e parcerias, formando uma gama entrelaçada de diversos fatores que impulsionam as gêmeas iguassulenses na geração de trabalho, renda e riqueza, pois são as cidades mais ricas nas suas microrregiões geográficas, mesmo dotadas de altos índices de miséria no geral.

Retomando o tempo geográfico passado, é complexa e dúbia, muitas vezes, a interpretação que se tem da Guerra do Contestado e dos fatores advindos da mesma, daí a importância e necessidade do esclarecimento de situações inerentes a ela, por meio da realização de estudos e análises sobre diversas óticas e possibilidades conceituais que permitem entender a complexidade do mundo vivido pelos iguassulenses, a partir de 1916, quando foram obrigados a viver em dois lugares e num mesmo território ao mesmo tempo.

Com o tempo e a incompetência dos agentes estatais, que por meio de suas políticas públicas não conseguiram apagar completamente da memória da população regional os momentos mais sangrentos do início do século XX, o Contestado ainda permanece vivo na memória e nas ações da população, ora mais contundente de um lado e menos contundente do outro lado dos trilhos da falecida EFSPRG e/ou vice versa – sobretudo nos meios intelectuais das duas cidades, onde se estuda todos os processos históricos e geográficos.

Por fim, percebe-se que a fé no Monge João Maria, é um dos fatores predominantes de união, de fato, das/nas Gêmeas do Iguassu, episódio que os mantém em relação quase que diária com o tema Contestado. Isso fica nítido, quando se anda pela(s) cidade(s), e se observa numerosos resquícios de adoração ao profeta, seja por intermédio de costumes, ditos populares, batismos nos pocinhos, promessas e peregrinações, ou simplesmente pelo fato dele estar estampado em muitos lugares na(s) sede(s) municipal(is) e, até mesmo, no comércio, que vem adotando o nome do Monge ou coisas relacionadas a ele – a Praça do Centenário, em Porto União, com a figura em escala real, faz São João Maria se tronar central aos olhos da população dessas cidades.

A figura do Monge santo do Contestado foi trazida de geração em geração, mantendo vivo o Contestado e seus elementos constitutivos de identidade regional, pois a figura do Monge também remete a população à Guerra genocida dos anos de 1910. Impregna a comunidade regional de lendas e mitos deixados na sua passagem, algo mais do que significativo quando se pensa nas Gêmeas do Iguassu, visto que a própria cultura e a história regional, não foram esquecidas, fazendo com que os habitantes de Porto União da Vitória, a do passado e a do presente, mantenham tais raízes de identificação comuns entre eles e entre todos, pois São João Maria, é maior do que as políticas públicas seculares que visavam apaga-lo da memória regional, ou das atuais políticas públicas, que buscam resgatá-lo do fosso a que foi lançado pelas elites dominantes que o temiam, tanto na sua época, como em tempos mais recentes.

O Vale do Iguacu, rio que serpenteia todo um espaço geográfico que virou território de um povo, onde estão assentadas as Gêmeas do Iguassu, Porto União e União da Vitória, já foi dominado pelas espessas florestas escuras e geradoras de sombras, que produziam pinhões, estes que alimentavam os animais e os seres humanos que ali foram se territorializando e vivendo seu cotidiano, construindo seu mundo simples e complexo ao mesmo tempo. Hoje é outro Vale. É um Vale cheio de contrassensos, pois foi lentamente apagando essa história de ocupação e fixação dos seres humanos nas margens deste imponente rio, que nem possui mais profundidade para a navegação, que marcou seu auge de riqueza e opulência, assim como o pisoteio do gado e dos muares que marcou a formação da elite dona de todas as terras e pessoas. Que Vale é esse, possuidor de uma história tão linda e cheia de lutas e que virou apenas um lugar comum na Geografia de catarinenses, paranaenses e brasileiros?

É um Vale que a pouco mais de cem anos era dominado por uma única cidade nos sertões sulistas – Porto União da Vitória. Hoje a Porto União da Vitória de um passado construído sobre os braços de milhares de seres humanos ainda existe, mas ela nem sabe que existe, pois a divisão imposta foi impiedosa. A redescoberta dessa história comum, de todos e de todas, sobre o manto de uma Geografia comum, é a única forma de se dar senso aos contrassensos que tentaram apagar a alma deste lugar, território de tantas gentes, que possuem uma figura que os dá identidade e pertença – São João Maria.

O Monge São João Maria é a prova dos traços culturais e de uma vida secular sobre o Vale Serpenteado do Iguassu, ele dá território, territorialidade e, recebe todos os que ainda chegam, num processo reterritorializante constante, como os primeiros seres que ali chegaram e foram recebidos por aquela natureza, mas que hoje é outra natureza, a natureza que as pessoas tem para se enquadrar.

Não se chega mais ao Vale do Iguassu com dois “s”, pois o Iguassu com dois “s” simboliza um mundo só, vivido por todos os que ali viveram e construíram suas vidas antes do (des)acordo de 1916. Já Vale do Iguacu, com o “ç” é a prova da separação, de viver-se em dois territórios. Mas, de tempo em tempos, como havia profetizado o Monge João Maria, todos voltariam a viver sobre o Vale do Iguassu, unidos pelas águas das enchentes, que cobrem com suas águas barrentas, os trilhos que separam, os marcos divisórios e as próprias bandeiras estaduais, vivendo, novamente, um único Iguassu, tomado pelas águas – tais águas, fazem ressurgir a Porto União da Vitória, onde se viveu e se vive.

7 REFERÊNCIAS

AQUINO JUNIOR, José; FRAGA, Nilson Cesar. Região do Contestado (PR-SC): Território e Poder, Marcas do Passado ao Presente. **Geoingá: Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia**, Maringá, v. 1, n. 1, p. 75-91, 2009.

ARAUJO, Frederico G. B. de; HAESBAERH, Rogério. **Identidades e Territórios: Questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.

AURAS, Marli. **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis: UFSC, 1984.

BITTENCOURT, Adgar. **Adeodato Vancê é o nosso “último” chefe**. Guerra do Contestado, uma visão holística. Joaçaba, 2012.

BORDO, Adilson Aparecido et al. **As diferentes abordagens do conceito de território**. FCT/UNESP, 2010.

BUCH, Luiz Sérgio. **Olhares, Histórias e Sabores do Vale do Iguacu**. Porto União: Kaygangue, 2009.

CRESPO, Mateus Pepe. Um estudo sobre o conceito de território na análise geográfica. **III Encontro de Geografia**. Instituto Federal Fluminense Campos dos Goytacazes, 2010.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS DO BRASIL. **Mapa do Paraná**. 2013. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/pr-tronco/mapas/parana_mapa.jpg> acesso em junho de 2013.

FRAGA, Nilson César. **Vale da Morte: o Contestado visto e sentido**. Blumenau: Hemisfério Sul, 2010.

_____. **Territórios e Fronteiras (Re) Arranjos e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. **Contestado em Guerra, 100 anos do massacre insepulto do Brasil**. Florianópolis: Insular, 2012.

_____. **Territórios Paranaenses**. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. **Mudanças e permanências na rede viária do Contestado: uma abordagem acerca da formação territorial no Sul do Brasil**. Tese de doutorado, UFPR, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**. Bertrand Brasil, RJ^{7ª} Ed. 2012.

_____. Da desterritorialização a multiterritorialidade. **Anais do X Encontro dos Geógrafos da America Latina**, Universidade de São Paulo, 2005.

_____. Des-caminhos e perspectivas do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S. SAQUET, M. A. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

HOBAL, M. A., MEDEIROS, W. R. e FRAGA, N. C. Entre a convivência e separação: planos e projetos turísticos das cidades gêmeas Mafra-Rio Negro e Porto União-União da Vitória (SCPR). **Revista PerCurso: Curitiba em Turismo**, a. V, n. 5, 2006, p. 93-108.

HUZEK, Vera; BOVO, Marcos Clair. **O conceito de território no ensino de geografia: um estudo de caso no terceiro ano do ensino médio dos colégios estaduais de Campo Mourão/PR**. FECILCAM, 2011.

LUDKA, Vanessa Maria. **Dilemas e perspectivas das pequenas e novas cidades: uma análise da paisagem como subsídio ao ordenamento territorial, condições socioambientais e culturais de Bela Vista do Toldo, SC**. Dissertação de mestrado, UFPR, 2012.

MATZENBACHER, Lili. **Monumentos e Marcos Históricos de Porto União e União da Vitória**. Porto União: Uniporto, 1985.

MEIRINHO, Bruno César Deschamps. Contestado, a modernização incompleta. Contestado em Guerra. p. 27-44. In FRAGA, Nilson Cesar. **Contestado em Guerra, 100 anos do massacre insepulto do Brasil**. Florianópolis: Insular, 2012.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. **Os Errantes do novo século um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: EDUSP, 2011.

MOREIRA, Marocos. Vista aérea de União da Vitória – PR e Porto União – SC. In: **Portal Panoramio Photo**. Disponível em <<http://www.panoramio.com/photo/35406757>> acesso em agosto de 2013.

MURARO, Valmir. **História de Santa Catarina, para ler e contar**. Florianópolis: Cuca Fresca Edições, 2003.

OLIVEIRA, Beneval. **Planaltos de Frio e Lama**. Florianópolis: FCC Edições, 1985.

PARANÁ. Secretaria da Cultura. **Lendas e Contos populares do Paraná**. Curitiba: 2005.

PORTO UNIÃO. Prefeitura municipal de. Disponível em: <http://www.portouniao.sc.gov.br/home/index.php?> acesso em: 15 de outubro de 2013.

_____. Secretaria Municipal de Educação. **Conhecendo Porto União Cidade Amiga**. Angelus Gráfica, 2004.

_____, Cinquentenário de. **Ata da sessão de instalação do Município de Porto União, Estado de Santa Catharina em 5 de setembro de 1917**. Porto União: Uniporto, 1967.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**. São Paulo: Atica, 1977.

RIESEMBERG, Alvir. **A instalação humana no Vale do Iguaçu**. 1973.

SANTOS, Milton et al. **Território, territórios ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SCHENEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Ivan G. Pevré. Território e Abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados á análise dos processos sociais rurais. **Raízes Revista de Ciências Sociais**, Campina Grande / Paraíba, UFCG vol.23, 2004.

SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória 1768-1933**. Curitiba: Sesquicentenário, 2006.

SOUZA, Edevaldo Aparecido; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. **Revista eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas** n° 6, 2007.

THOMÉ, Nilson. **A fragilidade das fronteiras nas terras contestadas**. Caçador, 2010.

_____. **Sangue, Suor e Lágrimas no chão Contestado**. Caçador: INCON, 1992.

_____. **Raízes Caboclas Identidade do Homem do Contestado**. Caçador: 2011.

TOKARSKI, Fernando. **Cronografia do Contestado**. Florianópolis: IOESC, 2002.

TONON, Eloy. **Os Monges do Contestado**. União da Vitória: Kaingangue, 2010.

UNIÃO DA VITÓRIA, Prefeitura municipal de. Disponível em: <http://www.pmuniaodavitoria.com.br/> acesso em: 15 de outubro de 2013.